

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: FinalClass.: Amaz. / PetróleoData: 26/10/88Pg.: 10472
7722**E**cologia**Os vizinhos
da Amazônia,
preocupados.***A exploração de
petróleo no Rio Urucu
tem que ser planejada*

enezuela e Equador estão preocupados com os destinos da Amazônia — para onde o homem vem avançando. O perigo que a região corre é o de tornar-se um novo Eldorado: o homem desmata, habita, explora e, depois, quando secam as fontes, vai embora, deixando o rastro da devastação. Embora feita de forma planejada, a exploração de petróleo na região não deixa de ser, igualmente, uma ferida nas matas e um perigo de poluição. Todas essas situações provocaram o debate do tema no Rio de Janeiro, entre representantes de estatais petrolíferas do Equador e da Venezuela com o chefe do setor de controle de poluição industrial da Petrobrás, Roberto Padula, e Sérgio Figueiredo, do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas. O tema foi discutido no II Congresso Latino-Americano de hidrocarbonetos.

Os vizinhos países estão preocupados com a exploração de petróleo que será feita na região do Rio Urucu. Fabian Sandoval, da estatal petrolífera do Equador, alertou para o respeito às terras, hábitos e culturas indígenas e sugeriu que o governo brasileiro deve oferecer infraestrutura para garantir a preservação do meio ambiente. Carlos Carrie, da Venezuela, disse que em seu país o Ministério do Meio Ambiente tem poderes para impor punição a qualquer empresa e sugeriu que os países latino-americanos se ajudem reciprocamente no combate ao crime.

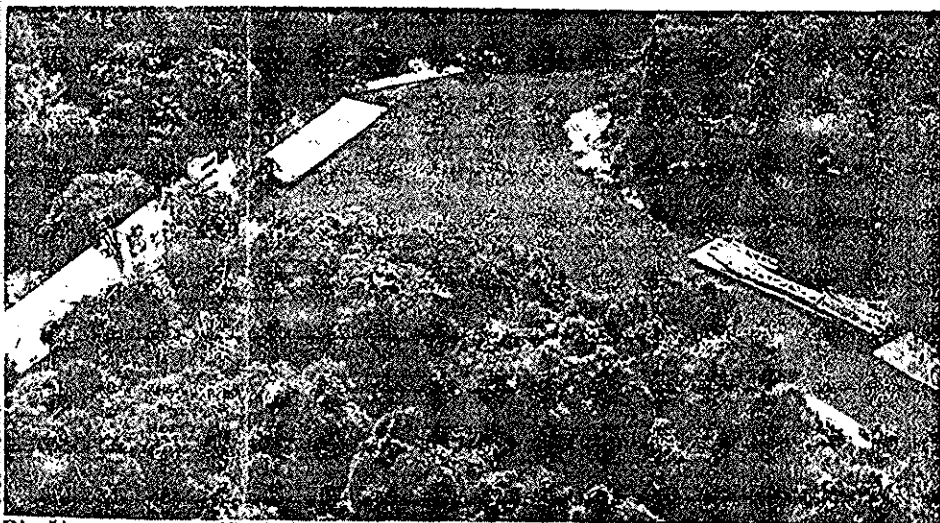
Se o Equador alerta para o respeito às terras, hábitos e cultura indígenas, a Petrobrás tranquiliza com a afirmação de que “a região de Urucu é tão fechada e de difícil acesso, que não há sequer tri-

CEDI

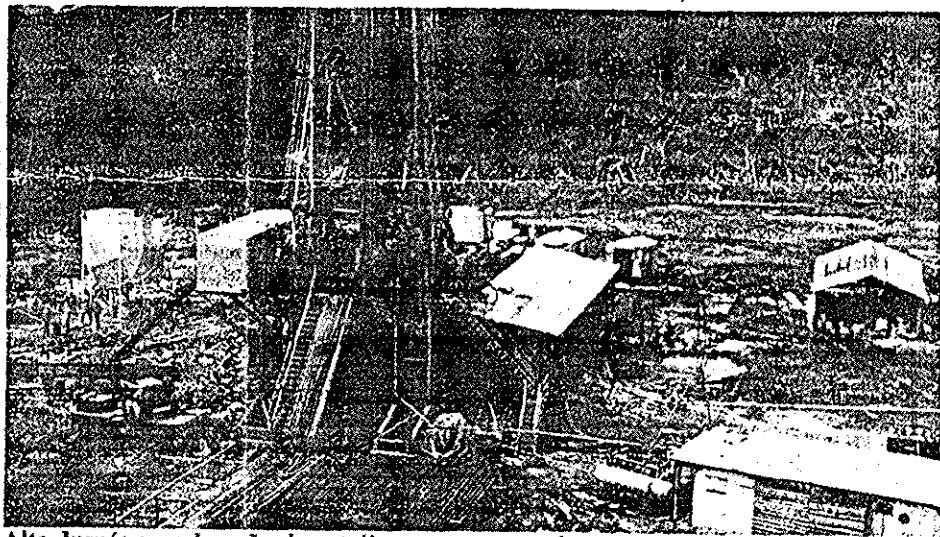
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Final Class.: Amaz. / Petróleo

Data: 26/10/88 Pg.: ARGR0010 10



Rio Urucu: uma região fechada, que as máquinas vão abrindo.



Alto Juruá: a exploração de petróleo e a presença de posseiros.

bos indígenas". Roberto Padula, da Petrobrás, assinala que não se pode falar em impacto de exploração de petróleo pensando sempre pelo lado negativo, "que realmente existe", mas também "na geração de bens que pode ocorrer". A poluição, para ele, é uma visão pequena do contexto.

"A Petrobrás está preocupada com a eventual contaminação da água, do ar e do solo. Em todos os três casos", ele diz, "existem alternativas através da técnica e da ciência para evitar danos."

Os impactos com os quais a Petrobrás não está acostumada a lidar são os que mais preocupam. Na região, a presença do homem é rara e o mundo tem os olhos voltados para lá. A empresa terá de definir um processo de ocupação, sem permitir que Urucu se transforme em um novo Eldorado. Os grandes problemas estão no choque cultural que poderá vir com as pessoas que ocuparão o local, as doenças trazidas ou adquiridas e, final-

mente, a grande questão é o momento em que a Petrobrás se retirar de lá. Como ficará? O petróleo não é fonte renovável e, portanto, um dia haverá a retirada. Estas são questões a serem definidas.

CONFLITOS NA REGIÃO — Cansados de esperar por uma decisão do governo, os índios guajajaras, da aldeia de Urucu-Juruá, no Maranhão, apresentaram esta semana uma proposta inédita à Funai: doar os 120 milhões de cruzados que receberiam de indenização da Eletronorte (a linha de transmissão da hidrelétrica de Tucuruí cortou a área indígena) para que o governo possa indenizar imediatamente as 200 famílias de posseiros instalados em suas terras.

Mas a boa vontade dos índios em pagar a conta do governo durou pouco. Na quarta-feira, 19, eles descobriram, ao tentar autenticar o documento que firmaram com a Funai, para garantir suas terras, que a assinatura do presidente, Iris Pe-

dro de Oliveira, não confere com a firma em cartório.

Os índios ficaram revoltados. O documento era uma exigência para que se registrasse o encontro com a direção da Funai em Brasília por não confiarem mais "nas promessas do governo". "Desta vez", disse o cacique Getúlio Guajajara, "decidimos abrir mão de um dinheiro que seria utilizado para a comunidade e parece que, de novo, estão tentando nos enganar."

Os três índios que estão em Brasília, caciques Getúlio, José Alves e o mais idoso chefe da tribo, Alexandre, contaram que na segunda-feira tiveram um encontro tenso com o presidente da Funai. "Ele afirmou que o governo está com os cofres vazios e por isso seria impossível cumprir o acordo feito há alguns meses com os índios, de que os posseiros seriam retirados da área até dezembro. Nós então apresentamos a alternativa de se usar nas indenizações o dinheiro da Eletronorte. A Funai teria que complementar estes recursos com mais 80 milhões de cruzados. Ele ficou de estudar o assunto."

Os guajajaras contam que o clima é de grande tensão na área de 12.700 hectares: nos últimos meses os índios, durante 60 dias ficaram escondidos na mata, pois posseiros e fazendeiros da região os ameaçaram de morte. "A área está demarcada", conta o cacique Getúlio, "e em 1979 o ministro do Interior da época, Mário Andreazza, chegou a liberar o dinheiro para as indenizações. Ninguém sabe até hoje onde o ex-governador João Castelo aplicou os recursos."

Agora, já foi destinada uma fazenda que foi desapropriada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário aos ocupantes da área guajajara. Mas eles afirmam que só sairão depois de receberem as indenizações pelas benfeitorias. "Estamos desesperados e sem ter mais a quem apelar", desabafa Getúlio. "Os índios só têm arco e flecha, enquanto os brancos contam até com metralhadoras." Os índios temem que em Urucu-Juruá possam ocorrer mortes, como em outras áreas guajajaras no Estado, onde o problema fundiário também é agudo.

A aldeia de Urucu-Juruá fica no município de Grajaú, próximo de Buriticupu, área onde posseiros e fazendeiros estão envolvidos há meses num sério conflito.